

O PAPEL DA PEDAGOGIA SOCIAL NA VIDA DOS EDUCANDOS DA FAVELA.

Gláucia Lopes Silva ¹

Maria Aliqríde de Moura ²

RESUMO

A presente pesquisa se propõe a discutir e provocar reflexões acerca do papel da pedagogia social, do educador social e a educação não formal e das políticas públicas acerca do acesso dos educandos das periferias e favelas da cidade de São Paulo. O estudo foi iniciado com o intuito de abordar prioritariamente o papel da pedagogia social nas favelas, ao decorrer das pesquisas ficaram evidentes a necessidade de aprofundar as pesquisas no papel do educador social, pessoa responsável na aplicação da pedagogia social e na modalidade de educação não formal, que acontece fora dos muros escolares, locais em que a Pedagogia social é em sua grande escala aplicada. E Diante dessas perspectivas, que por vezes, não recebem o protagonismo merecido na educação o trabalho apresentar algumas das políticas públicas desenvolvidas na cidade que proporcione o acesso da população em referência a essa educação.

Palavras-Chave: Educação Social. Educador Social. Educação Não Formal.

¹ Gláucia Lopes Silva, Discente do Curso de Pedagogia da Universidade Santo Amaro – Unisa, matriculada na disciplina de Trabalho de Conclusão, sob a orientação da Prof.^a Me. Ieda Maria da Silva Pinto Barbosa. E-mail: glaucialopes.nutri@yahoo.com.br. Data de entrega: 06/11/2023

² Maria Aliqríde de Moura, Discente do Curso de Pedagogia da Universidade Santo Amaro – Unisa, matriculada na disciplina de Trabalho de Conclusão, sob a orientação da Prof.^a Me. Ieda Maria da Silva Pinto Barbosa. E-mail: cleide.gb@hotmail.com. Data de entrega: 06/11/2023

1 INTRODUÇÃO

O artigo promove uma reflexão sobre a pedagogia social e a educação não escolar, com foco principalmente em sua aplicação nos estudantes de classe popular da zona Sul. Sabendo-se que a educação é um processo de interação, seu desenvolvimento acontece a todo momento em ações de convivência na sociedade, extrapolando os muros escolares. Nesse cenário a pedagogia social é um elo precípua, pois tem caráter prático-teórico na socialização.

Um dos problemas comuns da temática pesquisada é a exiguidade de abordagem na formação acadêmica, é a falta de visibilidade dado a este campo que está em plena expansão e abrange grande parte dos estudantes da periferia de São Paulo, este problema afeta tanto a formação dos profissionais como o acesso dos estudantes a essa modalidade de educação, acarretando possíveis prejuízos ao corpo docente e a sociedade. Outro problema é o pressuposto de que as regiões periféricas são formadas em sua maioria por violência e pobreza educacional, essa estereotipização afeta diretamente a autoestima e a perspectiva de vidas dessas pessoas, principalmente quando estamos falando de educação, já que indicações sob essa visão é de que o ensino dentro da periferia funciona apenas como cumprimento de uma obrigação pública.

O objetivo do estudo é evidenciar a importância da pedagogia social, com foco principal nas regiões mais pobres, mostrando assim a relevância da pedagogia social dentro desse contexto, já que entender a vida dos jovens da periferia é um passo fundamental para o desenvolvimento de atividades não escolares que reflitam resultados positivos diretamente dentro das escolas.

O conteúdo apresentado neste artigo poderá beneficiar o desenvolvimento acadêmico dos graduandos da área, com a intenção de que a carência de estudo acadêmico seja ínfima, com vista à uma formação enriquecida de saberes que propicie a educação de forma efetiva fora do ambiente escolar, e promover a visibilidade e a devida importância a essa modalidade de educação, em prol de beneficiar a sociedade como um todo e em especial nas regiões mais pobres.

Para fins desta análise os conceitos de pedagogia social são entendidos como atendimento as classes populares na formação política, de direitos e cidadã. Modalidade que está presente na educação não formal, que extrapola os muros escolares, traduzindo-se, como educação não escolar. Os argumentos que serão

apresentados foram fundamentados principalmente nos estudos sociais de Maria da Glória Gohn (2010) e Paulo Freire (2021)

É importante destacar que as informações aqui disponibilizadas, foram obtidas por meio de pesquisas bibliográfica e documental. Que diz respeito respectivamente a obtenção de informações por meio de análise de livros, artigos, pesquisas realizadas anteriormente e pesquisas da legislação referente à questão.

2 PEDAGOGIA SOCIAL

Para entender a educação na vida dos educandos das favelas, é preciso abordar a pedagogia social, que atende a essa população excluída da sociedade e muitas vezes da educação escolar. A Pedagogia social tem sua aplicação desenvolvida fora dos ambientes escolares e está voltada especialmente aos ambientes de organizações não governamentais, centros psicossociais, ambientes universitários e de movimentos sociais. Essa pedagogia exerce papel importante na formação da cidadania, democracia e consciência social das classes populares.

Considerada como uma ciência transversal, visa oportunizar acesso a questões que foram excluídas do domínio das minorias, promove o protagonismo das atividades a construção coletiva do conhecimento integrando o conhecimento popular ao científico de forma plural, permitindo que o conhecimento classificado como de senso comum converse com o conhecimento científico. Oportunizando a escuta do educando, o acesso ao conhecimento por uma outra ótica sem deixar de considerar suas vivências. Possibilitando ao educando ser seu agente de transformação, dando importância a sua história, partindo dela, de suas vivências e crenças para criar uma relação educativa buscando minimizar os impactos da desigualdade social.

O acesso à educação propicia ao educando alcançar voos que antes eram inimagináveis, a pedagogia social promove essa superação no âmbito social, é significativa na conscientização dos educandos que tiveram por inúmeros fatores a imposição da exclusão social em suas vidas, exerce entre outros, o papel de organizar essa população de forma crítica e clara a mobilizar-se em prol da conquista de seus direitos e melhorias ao qual os setores públicos não provém de forma satisfatória.

No Brasil, o processo de estruturação e reconhecimento da área é recente, tendo seu apoio teórico nas reflexões e estudos de Paulo Freire (2021), ainda que

com outra nomenclatura. Freire (2021) defendeu a politização da classe trabalhadora, criticando a educação que nomeou como bancária, e defendendo a construção do conhecimento a partir da história do educando, respeitando suas vivências e promovendo a construção dos saberes críticos principalmente em âmbito social e consequentemente político, para Freire(2021) enquanto o oprimido não fosse capaz de reconhecer seu opressor não conseguiria desenvolver a consciência da situação a qual estava inserido. Segundo Freire “Daí que, quase sempre, enquanto não chegam a localizar o opressor concretamente, como também enquanto não cheguem a ser “consciência para si”, assumam atitudes fatalistas em face da situação concreta de opressão em questão” (FREIRE, 2021,p.67).

3 EDUCADOR SOCIAL

Não podemos diante desse contexto da pedagogia social deixar de falar do educador social, essa figura tão importante principalmente para amenizar os conflitos sociais e preparar os educandos para a realidade de uma sociedade injusta, ou melhor prepará-los em sua totalidade de forma integral para combater essa injustiça, tendo em vista que o foco do educador social são as pessoas com mais vulnerabilidade que de uma certa forma são colocados à margem da sociedade.

Diferentemente do educador escolar tradicional, que diante do seu papel estimula e transmite conhecimentos específicos em diversas áreas, o educador social por sua vez estimula e desenvolve a aplicação de tais conhecimentos para transformar a sociedade em um ambiente mais justo e igualitário, daí a importância de todo educador independente de sua formação ter dentro de si um pouco da educação social.

O trabalho do educador social é árduo e requer muito amor e dedicação, pois a falta de apoio do poder público através de políticas sociais e educacionais acaba por fazer que os resultados do seu trabalho não seja o esperado, por isso que ele, além de sua formação necessária para adquirir os conhecimentos técnicos e científicos necessários, precisa de um algo a mais, de um amor próprio a causa, sabendo que um educando ajudado por ele possa não significar nada em números, mas para aquela comunidade, família ou indivíduo se torna uma conquista gigantesca.

Mais do que o conhecimento científico adquirido durante a sua formação, o educador social precisa conhecer a realidade de onde vai atuar, as dificuldades, o cotidiano, os anseios daquelas pessoas seja individualmente, pois cada ser humano é único com suas angústias e frustrações, ou seja, no coletivo quando por exemplo falamos dos problemas que afligem uma determinada comunidade. É preciso não se deixar levar pela aparência, ter um olhar mais profundo para o educando e seus problemas, tentar se colocar em seu lugar, na sua realidade, para conseguir compreendê-lo e ajudá-lo da melhor maneira.

Muitas vezes o nome “educador social”, traz uma visão errada de que sua função é trabalhar e atuar somente com a reabilitação de pessoas jovens e adultos que cometeram alguma infração ou algum delito perante a sociedade, mais o seu trabalho vai além disso, atua também como uma forma de evitar que as injustiças causadas por essa mesma sociedade não mudem o caminho e a trajetória de muitas vidas.

Dentro de sua trajetória o educador social está em constante aprendizado, sua formação é contínua e cada resolução e mediação de conflito traz novos conhecimentos e maneiras diferentes de enxergar os problemas da sociedade. A maneira de enfrentar as injustiças e ajudar a superar as dificuldades daqueles que estão à margem da sociedade, está em constante mudança, pois seus conhecimentos vão além daquilo que é científico e a práxis faz com que sua visão e ação sobre algo, mude de acordo com tempo. O papel do educador social não é julgar determinada ação ou atitude de uma pessoa ou grupo, mas procurar entender o que está por trás de tal ação, o contexto e o motivo que os levaram a agir de tal forma, porque mais do que punir os atos é preciso combater a sua origem.

Muitas vezes a sociedade vê o educador social simplesmente como um motivador não dando o merecido valor, mas o seu trabalho vai muito além de motivação, são realizadas pesquisas que antecedem cada ação, é preciso de um estudo, de conhecimento prévio da realidade, necessidades, cotidiano e frustrações do grupo que está sendo trabalhado. Ele atua de forma a estimular a capacidade de cada indivíduo, mostrando a importância da cultura e da comunidade no qual estão inseridos, e que existe compartilhamento mútuo de conhecimentos, em que o educador e o educando estão aprendendo ao mesmo tempo. O educador social procura resgatar e despertar a confiança que foi cerceada por uma sociedade injusta

e discriminadora, que procura marginalizar quem não se enquadra no padrão no qual eles caracterizam como normal.

Diante de tantos problemas econômicos e sociais que atingem diretamente a educação e a formação integral dos educandos, o educador social tem um papel fundamental na vida de muitos jovens e adultos, sendo que o conhecimento técnico e científico não é suficiente para a formação de um bom profissional, pois a educação social precisa ter um olhar diferenciado para os problemas e situações encontradas, ou melhor é preciso de um olhar humanizador perante cada grupo, comunidade ou indivíduo.

Desta forma diante de todo o exposto fica clara a importância do educador social para a construção de uma sociedade mais justa, no entanto é importante ressaltar que todo esse trabalho se torna muito mais difícil se não tiver uma ação conjunta do governo através de políticas públicas, pois só assim quem sabe futuramente poderemos viver em uma sociedade mais justa.

4 EDUCAÇÃO NÃO FORMAL

A educação não-formal não pode ser tratada como uma oposição a educação formal, mas como algo que possa trabalhar em conjunto. Apesar de, na maioria das vezes, a educação não formal estar relacionada a um subgrupo muitas vezes excluídos e colocados a margem da sociedade, não se pode caracterizá-la como uma modalidade inferior de educação. Essa maneira de pensar a educação não-formal como uma resistência à educação formal vem justamente por ela ter em sua maioria um público que não se adequam aos moldes de uma escola por exemplo, que tem todas suas formalidades e não respeitam as diferenças que ali estão presentes, trabalhando com metas a serem atingidas em determinado tempo. Quando falamos desse quesito na educação não-formal estamos citando umas de suas principais características, entender que cada ser humano é único aprendendo assim no seu tempo.

O uso da expressão educação não formal surge na literatura brasileira no final da década de 90 com a publicação do artigo educação não formal – um novo campo de atuação de Maria da Glória Gohn(1998), na mesma década a LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996 Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional define a

abrangência de educação como segue no Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.(LDBEN,1996), estabelecendo educação como aprendizagens que ocorrem fora do ambiente escolar. Que reforça a concepção da educação fora dos espaços escolares. Nos anos 2000 começam a ser publicados os primeiros trabalhos e estudos que tornar o termo educação não escolar mais popular.

Ao correlacionar a importância da educação não formal ao seu papel de atuação na vida dos educandos de favela é importante destacar que essa população tem pouco ou nenhum acesso a cultura dominante, a educação formal é muitas vezes voltada para o ensino igualitário, desconsiderando o meio ao qual o aluno está inserido. Alguns poucos espaços surgem com a proposta de levar lazer e cultura para os bairros mais pobres, os estudantes desses espaços passaram a ter a oportunidade de ter cinema, teatro e algumas atividades culturais gratuitas e dentro da sua comunidade, mesmo com a intenção de aproximar essa população da educação cultural, nem sempre o objetivo é alcançando, considerando que a ausência de conhecimento e comunicação com a comunidade, não permite que os gestores e educadores ofereçam atividades que façam sentido para os educandos e população. Nesse sentido entendemos que Paulo Freire (2021) defende a Pedagogia através da vivência e experiência, não basta apresentar para os alunos um conceito se para eles não tiver algum sentido.

Ao pontuarmos a importância da educação não-formal na vida de muitos jovens não é querer dizer que ela é mais eficaz e eficiente, mas expor que existem muitos educandos que não se adequam a educação formal, sendo que, acabam de uma forma indireta excluídos e desqualificados diante de todas as dificuldades. Apesar da educação não-formal não possuir todo um conteúdo programático e demarcado, ela também tem sua importância na formação do cidadão, na formação e expansão cultural, além de capacitá-los para o mercado de trabalho estimulando o desenvolvimento de suas potencialidades resgatando assim sua confiança.

5 POLÍTICAS PÚBLICAS NA CIDADE DE SÃO PAULO

Todos os cidadãos têm direitos garantidos pela constituição nas diversas áreas, só que na prática não é isso que acontece, pois é bem clara a desigualdade que existe entre as diferentes classes, e o quanto isso afeta negativamente os mais pobres. Dessa forma se torna necessário a criação de medidas e programas através de políticas públicas para certificar que todos tenham acesso aos direitos garantidos por leis e pela constituição pensando no bem-estar da população. De uma forma geral as políticas públicas afetam todos os cidadãos já que mexe com nossa vida visando um bom funcionamento da sociedade.

Agora pensando em políticas públicas voltadas para a educação, ou para a áreas como a cultura e lazer que afetam diretamente a educação, abordaremos duas iniciativas publicas que visam atender e proporcionar o acesso dessa população aos direitos supracitados, que são a concepção de cidade educadora e a criação dos Centros de Educacionais Unificados (CEUs).

Com o intuito de aumentar o acesso da população a cultura e educação, algumas políticas públicas vêm sendo criadas. Uma dessas políticas é a Cidade Educadora, que foi criada em 1990 no congresso internacional das Cidades Educadoras que aconteceu em Barcelona, onde foi redigida a carta inicial com os princípios básicos educativos que uma Cidade Educadora deve seguir. Também podemos dizer que a Cidade Educadora é uma forma de alavancar a implementação de diversas políticas públicas para ampliar o acesso à cultura e educação. Segundo a carta das cidades educadoras da ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE CIDADES EDUCADORAS (AICE), em 1994 no segundo congresso a carta foi revisada e atualizada.

Em São Paulo o programa existe desde 2004, mas participou do movimento desde o início, antes mesmo de ter sido criado a Associação Internacional de Cidades Educadora (AICE). Segundo a definição da própria carta:

“A Cidade Educadora vive um processo permanente que tem como finalidade a construção da comunidade e de uma cidadania livre, responsável e solidária, capaz de conviver na diferença, de solucionar pacificamente os seus conflitos e de trabalhar “pelo bem comum”. Uma cidadania consciente dos desafios que a humanidade enfrenta atualmente, com conhecimentos e competências que lhes permitam tornar-se corresponsáveis pela procura de soluções exigidas pelo momento histórico que vivemos” (AICE, 1994, p.04)

Desta forma a cidade de São Paulo como uma “Cidade Educadora” objetiva usar o espaço comunitário para trabalhar a escola, valorizando o aprendizado que os habitantes adquiriram ao longo de sua vida, e coloca a cidade como um grande espaço gerador da educação. Olhando o que esse programa propõe, sua implementação é algo extraordinário para a educação e cultura, mas os discursos dos países envolvidos o que diz a própria carta de diretrizes, mostra que a teoria e a aplicabilidade ainda estão muito distantes de caminharem juntas.

Também quando falamos de políticas públicas da cidade de São Paulo voltadas para as áreas da educação e cultura, ou algo que ajude a promovê-las, é a importante ressaltar a criação dos Centros Educacionais Unificados (CEUs). Criado na cidade de São Paulo em 1º de agosto de 2003 na gestão da então prefeita Marta Suplicy, foi inaugurada a primeira unidade do projeto lançado como uma política pública. Com o intuito de trazer os jovens para dentro dos Centros, proporcionando cultura, educação, lazer etc. e assim os deixando mais distante da violência, criminalidade e diminuindo a exclusão sofridas por eles, principalmente quando falamos das regiões periféricas da cidade de São Paulo, o projeto trazia como objetivo por meio do Decreto (SÃO PAULO, 2003):

- Participação, descentralização e autonomia como princípios;
- Inclusão escolar e socioeconômica da população;
- Reversão do quadro de exclusão social, cultural, tecnológica e educacional;
- Oferta de lazer e entretenimento nos bairros de periferia, em evidente desigualdade com a região central da cidade;
- Acesso a bibliotecas, centros culturais e esportivos integrados aos Centros de Educação Infantil - CEIs, Escolas Municipais de Educação Infantil - EMEIs e Escolas Municipais de Ensino Fundamental - EMEFs, num complexo único concebido em todas as suas dimensões, desde o projeto arquitetônico até o projeto político-pedagógico, conferindo novo significado ao espaço escolar.

Então tanto o CEUs quanto as Cidades Educadoras através de sua carta, versão apresentada como definitiva em 2004, estão de certa forma interligados no que diz respeito a políticas públicas e maneiras de promovê-las na cidade de São Paulo.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nas pesquisas realizadas, fica evidente a grande relevância dos assuntos abordados. A Pedagogia social exerce um papel importantíssimo na

sociedade em geral e de modo especial na vida dos estudantes do grupo de referência em específico, sendo, um elo importantíssimo para a integração desses educandos com a educação em seus ambientes fora dos espaços escolares, em consideração, que nem sempre a educação formal atende de forma efetiva o acesso desses estudantes à todas as áreas educacionais.

Ponderamos que a áreas de estudos abordadas neste artigo, necessitam de um olhar mais atento de pesquisadores, docentes, discentes da área educacional e principalmente autoridades públicas, para que a população alvo, tenham acesso aos seus direitos de educação, cultura e lazer com qualidade, em benefício individual e de toda sociedade.

Em paralelo as estudos e pesquisas, é importante destacar a necessidade das políticas públicas, ainda que em um ambiente considerado como área de atuação principalmente de organizações não governamentais, é pertinente que existam políticas que atendam aos direitos constitucionais de acesso a educação e lazer. É tão importante quanto a criação dessas políticas é o funcionamento efetivo das já existentes e das futuras.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Barbosa, Ieda Maria da Silva Pinto. **EDUCAÇÃO NÃO FORMAL E PEDAGOGIA SOCIAL**. São Paulo: UNISA, 2023.

CALIMAN, G. 2015. **Pedagogia social, relações humanas e educação**.

COSTA, Antônio Carlos Gomes da. **Fundamentos teóricos e metodológicos da pedagogia social no Brasil.: I CONGRESSO INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA SOCIAL, 1., 2006, Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo**, Disponível em: http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC000000092006000100007&script=sci_arttext. Acesso em: 27/09/2023.

DÍAZ, Andrés Soriano. **Uma Aproximação à Pedagogia – Educação Social**. Revista Lusófona de Educação, v. 7, p. 91-104, 2006. Disponível em:

<file:///C:/Users/55119/Downloads/801-Texto%20do%20artigo-2812-1-10-20090907.pdf>. Acesso em: 25/08/2023.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

GADOTTI, Moacir 2005. **A Questão da Educação Formal/Não-formal**. Disponível em:

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5633199/mod_resource/content/1/eudca%C3%A7%C3%A3o%20n%C3%A3o%20formal_formal_Gadotti.pdf acesso em: 21/07/2023.

GOHN, Maria da Glória. 2006. **Educação não-formal na pedagogia social**. Disponível em:

http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC000000092006000100034&lng=en&nrm=iso Acesso em: 27/07/2023.

GONH, Maria da Glória, 2010. **Educação Não Formal E O Educador Social Atuação No Desenvolvimento De Projetos Sociais**.

GRACIANI, Maria Stela Santos, 2014. **Pedagogia social [livro eletrônico]**. Disponível em

<https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=UVaaBQAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT3&dq=pedagogia+social+&ots=V67bHQyMqC&sig=rsdKUVozLfnuNgZUPi0IS5yhHws#v=onepage&q=pedagogia%20social&f=true>. acesso em: 25/07/2023

GRACIANI, Maria Stela Santos. **Pedagogia social: impasses, desafios e Perspectivas em construção**. Disponível em:

http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC000000092006000100038&script=sci_arttext. acesso em: 25/07/2023

MEKARI, Danilo; RIBEIRO, Raiana. **CEUs completam 12 anos como referência de política para uma Cidade Educadora**. Disponível em:

<https://educacaoeterritorio.org.br/reportagens/ceus-completam-12-anos-como-referencia-de-politica-para-uma-cidade-educadora/>. Acesso em: 25/10/2023.

MORAES, Salete Campos de. **Propostas alternativas de construção de políticas públicas em educação: novas esperanças de solução para velhos problemas?**

Disponível

em:

[https://www.scielo.br/j/er/a/GvVL6Mx3PDjTvfNrHtXt7bK/#:~:text=O%20objetivo%20das%20Cidades%20Educadoras,solid%C3%A1ria%20\(AICE%2C%202004\).](https://www.scielo.br/j/er/a/GvVL6Mx3PDjTvfNrHtXt7bK/#:~:text=O%20objetivo%20das%20Cidades%20Educadoras,solid%C3%A1ria%20(AICE%2C%202004).)

Acesso em: 26/10/2023.

PAIVA, Angela Randolpho; BURGOS, Marcelo B.Paiva. **A Escola e A Favela. Ed. 1, Rio de Janeiro, Pallas, 2010.**

PAULA, Ercília Maria Angeli Teixeira de e MACHADO, Érico Ribas. **A Pedagogia Social na Educação: análise de perspectivas de formação e atuação dos educadores sociais no Brasil..: II CONGRESSO INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA SOCIAL, 2., 2008, São Paulo. Faculdade de Educação da**

Universidade de São Paulo, Disponível em:

http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=MSC00000092008000100005&lng=pt&nrm=iso

PEREZ, Maria Aparecida. **Os Centros Educacionais Unificados (CEU) na cidade de São Paulo e sua relação com o território na perspectiva da Pedagogia Social.**

Disponível

em:

<https://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/tint/article/view/11508/7758#:~:text=Criado%20na%20segunda%20gest%C3%A3o%20do,se%2021%20dos%2045%20planejados.> Acesso em: 26/10/2023.

RYBERG, Maria Candelária. **Cidade Educadora. Um olhar para o Monte Cristo.**

Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/200658>. Acesso em:

25/10/2023.

SÃO PAULO. Decreto N° 42.832, de 06 de fevereiro de 2003. **Dispõe sobre a criação dos Centros Educacionais Unificados (CEUs).** Disponível em:

<https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/decreto-42832-de-06-de-fevereiro-de-2003#:~:text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20estrutura%20e,realoca%C3%A7%C3%A3o%20de%20recursos%2C%20e%20d%C3%A1.> Acesso em: 25/10/2023.

VIEIRA, Ana M. S. N; Vieira, Ricardo. 2016. **Pedagogia Social, Mediação Intercultural e (Trans)Formações**. Ed. 1, 1 vol., ISBN: 978-972-8562-74-8. Porto: Profedições. Disponível em: <https://iconline.ipleiria.pt/bitstream/10400.8/2082/1/Pedagogia%20Social%2c%20Media%c3%a7%c3%a3o%20Intercultural%20e%20transforma%c3%a7%c3%b5es.pdf>. Acesso em: 05/08/2023.